



## **A prescrição das prescrições**

O regime de prescrições nas Instituições de Ensino Superior foi instituído pela lei de bases de financiamento do Ensino Superior (Lei N.º 37/2003, de 22 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei N.º 49/2005, de 30 de Agosto), sendo justificada a sua existência pelo artigo 3º intitulado, “Princípios gerais”, ponto 2, referente ao financiamento do ensino superior público, alínea b:

“Princípio da responsabilização dos estudantes, entendido no sentido de que estes devem mostrar adequado aproveitamento escolar, justificando, pelo seu mérito, o acesso ao bem social de que beneficiam, mediado através de um regime de prescrições definido para a totalidade das instituições;”.

Entende-se por prescrição a perda de direito à inscrição em qualquer ciclo de estudos quando o estudante, regularmente inscrito, não cumpre os critérios de aproveitamento escolar fixados pelo regime. Ou seja, a prescrição suspende a matrícula do aluno, por dois semestres consecutivos, na sequência de “insucesso escolar repetido”, impedindo-o também de se candidatar de novo a esse ou outro curso durante o mesmo período.

As características destes regimes são estabelecidas pelo artigo 5º da lei supramencionada. O Estado deixa à consideração dos órgãos competentes de cada IES ou unidade orgânica, a definição do regime de prescrições “adequado à promoção do mérito dos estudantes”, podendo este ser aplicado nos ciclos de estudo que estas entendam. Caso não exista ou seja aplicado um regime menos restritivo do que o estabelecido pelo diploma é aplicado o regime fixado pelo governo na tabela anexa (Anexo I), aplicável apenas a licenciaturas.

O ponto 4 do artigo, refere também os casos nos quais é contabilizada apenas 0,5 por cada inscrição, nomeadamente alunos que beneficiem do estatuto do trabalhador estudante, ou do estudante em regime de estudo a tempo parcial, deixando às IES a liberdade de regulamentar acerca de outras situações (estudantes com NEEs, em gozo de licença de

maternidade ou paternidade, com doenças que sejam impeditivas de aproveitamento escolar, entre outros), sendo que a lei nº35/2004, de 29 de Julho, através do ponto 1 do artigo 155º, veio isentar os trabalhadores-estudantes deste regime.

Como consequência da não aplicação do regime de prescrições, a lei sugere prejuízo das IES relativamente ao financiamento público. Relativamente à não fixação de regime próprio, por parte das IES não público, ou quando o regime fixado for menos restritivo do que o previsto no diploma o prejuízo é dos alunos das IES em causa, relativamente ao apoio que lhes é dado pelo Estado.

No que concerne a aplicação do regime de prescrições nas IES, constatamos que estas não servem o princípio sobre o qual foram instituídas, havendo um completo desvirtuamento do mesmo no sentido de responsabilizar pela via económica estudantes que já têm de suportar um pesado conjunto de custos de acesso e frequência, nomeadamente as propinas, taxas e emolumentos, custos de habitação, transportes, alimentação, entre outros.

Há um claro aproveitamento por parte das IES para combater o subfinanciamento crónico via orçamento de Estado através da angariação de receitas próprias junto dos estudantes, cobrando aos que prescrevem a frequência em unidades curriculares isoladas, por preços que variam entre as dezenas de euros e valores próximos ao valor total da propina do 1º ciclo de estudos, podendo estas ser creditadas após o reingresso. Ou seja, o estudante paga as mesmas unidades curriculares duas vezes – uma vez enquanto UC isolada, usualmente, por preços exorbitantes, e a segunda vez através da propina do ano de reingresso. Este regime é de tal forma proveitoso para as IES, que em muitos casos está a ser reproduzido para mestrados integrados e para o 2º ciclo de estudos.

A avaliação que fazemos é que, se no início o regime foi aplicado pelas IES por haver um impacto negativo relativamente ao financiamento do Estado, caso não o fizessem, tal como está explícito nos últimos pontos do artigo supracitado. Neste momento, a razão é semelhante, mas por haver uma dependência das receitas angariadas junto dos estudantes e suas famílias para o financiamento geral das IES, resultado da falta de financiamento público.

Assim, torna-se evidente que o regime de prescrições não tem como base a responsabilização e o incentivo ao sucesso e aproveitamento escolar dos estudantes. Esta é um mero pretexto. De facto, este prende-se com o financiamento das IES e com a elitização do Ensino Superior, empurrando para outras vias todos aqueles que não têm

condições socioeconómicas para suportar os custos de acesso e frequência e colocando pressão adicional sobre aqueles que á partida poderiam fazer um esforço para ter essas condições, mas que perante os custos adicionais de continuar a estudar perante a prescrição se vêem impossibilitados de tal.

Verifica-se portanto o efeito perverso, em que aqueles que prescrevem, mas têm condições para suportar os custos adicionais das UC isoladas, continuam a estudar, enquanto que os que não têm perdem um ano das suas vidas académicas quando a situação em que se encontram já não é favorável à partida, por motivar a prescrição.

O actual aproveitamento do regime de prescrições por partes das IES é, consequentemente, contrário à Constituição da República Portuguesa no sentido em que desvirtua completamente os objectivos do Ensino Superior e aplica uma lógica punitiva, pela via económica, do insucesso escolar, que contraria o “direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”.

Deste modo, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas de Aveiro nos dias 16 e 17 de Março de 2019, reclamam: a abolição do regime de prescrições no Ensino Superior.

1. Às IES que, perante casos de estudantes em risco de prescrever de acordo com os regimes de prescrição das mesmas, despoletem processos com intuito de averiguar as causas e possíveis soluções a aplicar de modo a salvaguardá-los relativamente às prescrições, em colaboração com os serviços de Acção Social;

2. Que a tutela interceda junto das IES no sentido de impedir que os estudantes alvo de prescrição no Ensino Superior o possam continuar a frequentar, mediante o pagamento de frequência em unidades curriculares isoladas e de taxas de equivalência no ano de reingresso.

Proponentes: AEFCSH, AEFLUL.

Endereçado: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Grupos Parlamentares.

## Anexos

TABELA ANEXA

Número máximo de inscrições	Cursos organizados por unidades de crédito ECTS — Créditos ECTS obtidos	Cursos organizados por unidades de crédito — Créditos obtidos <sup>(1)</sup>	Cursos organizados por anos curriculares — Anos curriculares completos
3 .....	0 a 59	0 a $N-1$	0
4 .....	60 a 119	$N$ a $2 \times N-1$	1
5 .....	120 a 179	$2 \times N$ a $3 \times N-1$	2
6 .....	180 a 239	$3 \times N$ a $4 \times N-1$	3
8 .....	240 a 359	$4 \times N$ a $6 \times N-1$	4 e 5
9 .....	360	$6 \times N$	6

<sup>(1)</sup>  $N$  = maior inteiro menor ou igual ao quociente entre o número de créditos totais do curso e o número de anos curriculares do curso.

**Anexo I** - República Portuguesa. 22 de Agosto de 2003. "Regime de prescrições".

Capítulo IV. Art. 36. In *Diário Da República*. I Série-A. Nº193, p. 5366.